FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA: ALIADO DAS FORÇAS ARMADAS E COMBATENTE CONTRA COMUNISTAS E ESTUDANTES

Flávio Suplicy de Lacerda: ally of the Armed Forces and fighter against communists and students

*Névio de Campos**
*Eliezer Felix de Souza**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a relação de Flávio Suplicy de Lacerda com as representações e as práticas sociais das forças armadas brasileiras, particularmente com o governo militar (1964-1985), assim como a ofensiva dele contra os comunistas e a organização estudantil. Apoia-se nos órgãos da imprensa, nas atas do Conselho Universitário e nos relatórios e discursos publicados no Anuário da Universidade Federal do Paraná, assim como no conceito de trajetória definida por Pierre Bourdieu, ao cotejar esse conceito com os dados oriundos das fontes é possível sustentar que esta personagem promoveu uma série de ações que evidenciam sua relação orgânica com o pensamento e as práticas autoritários, pois, recorrentemente, afirmava que o marxismo e/ou comunismo seriam subversivos aos valores éticos e morais e destacava que a cruzada salvacionista estaria sob a responsabilidade dos grupos associados à ditadura civil-militar que se definiam como representantes abnegados dos valores supremos.

Palavras-chave: Flávio Suplicy de Lacerda; Forças Armadas; comunistas; movimento estudantil.

* Doutor em Educação, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ORCID http://orcid.org/0000-0003-1850-316X.
* Doutor em Educação, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ABSTRACT

This article aims at discussing the relationship between Flávio Suplicy de Lacerda and the representatives as well as social practices of Brazilian armed forces, in particular the military government (1964-1985), as well as his offensive against communists and the student organization. This article is based on the organs of the press, on the records of the University Council and on the reports and speeches published in the Federal University of Paraná Yearbook. In addition, this article is based on the concept of trajectory defined by Pierre Bourdieu. When comparing this concept with the data from sources, one can state that this person promoted a number of actions which prove his organic relationship with authoritarian thought and practices. This is because he repeatedly stated that Marxism and/or communism were subversive to ethical and moral values, as well as emphasizing that the salvationist crusade would be under the responsibility of groups associated to civil-military

Keywords: Flávio Suplicy de Lacerda; Armed Forces; communists; student movement.

Introdução

A trajetória de Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983) é marcada por muitas facetas, pois durante oitenta anos de sua vida se envolveu em inúmeras atividades. As possiblidades de estudos da trajetória dessa personagem são variadas. A memória mais latente a respeito dele tem relação ao período em que esteve à frente do Ministério da Educação, no governo de Castello Branco. Além disso, na memória dos paranaenses ele tem forte reverberação porque ocupou a reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR) por quase duas décadas, exercendo a função de liderança do processo de federalização da Universidade do Paraná. A partir dos anos de 1950 ele passou a ser considerado um dos principais líderes do processo de federalização dessa Universidade, assim como de ações que levaram à expansão dessa instituição. No final da década de 1960, após ter passado pelo Ministério da Educação, voltou a assumir a reitoria da UFPR. No final da década de 1970 diminuiu a sua presença no

cenário público, passando a ser associado ao processo de repressão aos estudantes por conta da Lei Suplicy e a conviver com certo ostracismo entre as lideranças militares e na própria UFPR.

Embora a trajetória dessa personagem possa ser analisada por diferentes abordagens, é possível afirmar que são poucos os estudos que tratam de Suplicy de Lacerda. O estudo realizado por Arthur Virmond de Lacerda Neto (1988) traz uma série de informações a respeito da trajetória do biografado, embora se inscreva em obra de biografia pessoal. É importante estabelecer algum diálogo com essa biografia, mas sem deixar de considerar que "produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar" (BOURDIEU, 1996, p. 76).

Além do manuscrito de Lacerda Neto, o livro de Névio de Campos (2008) discute alguns aspectos da posição de Flávio Suplicy no processo de federalização da UFPR. Esse mesmo autor tem duas produções (2012/2013) que tratam de Suplicy. Por fim, merece destaque a tese de Eliezer Felix de Souza (2016) que mergulha na trajetória dessa personalidade, privilegiando uma abordagem de suas relações na Faculdade de Engenharia e na direção da UFPR. É nesse âmbito de investigação que se inclui este artigo, cujo recorte trata de uma análise da relação de Flávio Suplicy de Lacerda com as representações e práticas sociais das forças armadas brasileiras, particularmente com o governo civil-militar (1964-1985), assim como a posição dele sobre as ideias comunistas e a organização estudantil. De modo diferente a uma história de vida, este texto se propõe a discutir uma faceta da história dessa personagem paranaense, tomando o conceito de trajetória definido por Bourdieu (1996, p. 81) "[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes". Esse autor explicita a diferença entre esse tipo de estudo e a tradicional biografia pessoal:

> Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas

> pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc. (BOURDIEU, 1996, p. 71-72).

Esse conceito rompe com estudos que ficam restritos à história de vida. Ao mesmo tempo potencializa a investigação de trajetórias recortadas pelos mais variados envolvimentos do biografado no mundo social. Nesse aspecto, essa categoria é fecunda, pois permite que recortemos uma parte da trajetória de Suplicy de Lacerda, especificamente àquela em que ele explicitou a vinculação ao ideário militar e a contraposição aos movimentos que foram genericamente classificados de subversivos.

Relação com as Forças Armadas

As origens familiares de Flávio Suplicy indicam dispositivos de formação escolar. (SOUZA, 2016, p. 28). Esse dispositivo configura um *habitus* interiorizado ou experiência adquirida. As argumentações acerca dessa questão podem ser problematizadas a partir dos lugares de formação dessa personagem, do capital social (herdado e adquirido) e da proximidade com intelectuais dentro dos vários espaços sociais, de modo particular no interior da UFPR durante os processos de restauração (1946), de federalização (1950) e nos anos em que ele esteve à frente da reitoria dessa instituição universitária (1949-1971). De modo geral, a análise de sua atuação ocorre de maneira articulada e indissociável ao próprio entendimento dos contextos intelectuais e políticos, visando identificar sua projeção como reitor da UFPR e Ministro da Educação. Esse tipo de analise contribui para entender o papel do intelectual na sociedade, na definição e no direcionamento das discussões políticas que vão

definindo suas tomadas de posições. Dito isso, a tentativa de classificar essa personagem como aliado das Forças Armadas brasileiras não diz tudo sobre o que ele significou à história do Paraná e do Brasil. Por outro lado, silenciar a relação que ele estabeleceu com os grupos militares seria desprezar outro aspecto da trajetória desse biografado.

Não é possível depreender a relação com os militares, apenas da vida escolar que Suplicy realizou no Colégio Militar de Barbacena, pois seria demasiadamente rígido dizer que o percurso escolar explicaria as posições subsequentes. No entanto, não se pode afirmar que a trajetória escolar não exerça algum tipo de condicionamento. Esse repertório precisa ser preenchido com mais informações a fim de ajudar a explicar a trajetória de Suplicy de Lacerda. Ao retornar ao Paraná, após concluir o curso de Engenharia na cidade de São Paulo, ele conviveu próximo a Plínio Tourinho, coronel do exército, um dos articuladores da revolução getulista e irmão do general Mario Tourinho, primeiro interventor no governo do Paraná, em 1930. Além disso, Flávio Suplicy, por orientação de seu sogro (Major Vicente de Castro), ocupou o posto de primeiro-tenente da companhia de equipamentos de pontes. (Lacerda Neto, 1988).

A exemplo de outros professores da Faculdade de Engenharia do Paraná que eram militares, manteve-se próximo a Ernesto Geisel,[1] quando esse comandava a 5ª RM/DI de Curitiba, bem como do general e governador Ney Braga[2] que foi quem teve forte participação na nomeação dele ao Ministério da Educação. Nessa discussão, nos reportamos a Nilson Borges ao assinalar que "no caso brasileiro, muito embora queiram delimitar a entrada dos militares no processo político a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas se apresentam como atores políticos atuantes" (BORGES, 2007, p.15). Esse mesmo autor observa que, em diferentes momentos, os militares foram

1 Trata-se de Ernesto Beckmann Geisel que foi presidente do governo militar de 15 de março de 1974 a 14 de março de 1979.

2 Ney Aminthas de Barros Braga teve carreira militar e no campo político brasileiro ocupou os cargos de prefeito de Curitiba, deputado federal, senador e governador do estado do Paraná nos períodos de 31 de janeiro de 1961 a 1965, eleito por sufrágio direto e de março de 1979 a 14 de 1982 sob a indicação do regime militar. Além disso, no governo militar, foi nomeado Ministro da Agricultura e da Educação.

convocados a agir, como, por exemplo, na proclamação da República de 1889, na revolução de 1930, no processo que garantiu o regime democrático entre 1945 e 1964, na posse de Juscelino Kubitschek em 1955. (Borges, 2007).

Outra variável importante para entender essa faceta da trajetória de Flávio Suplicy é a vinculação dele com o Partido Social Democrático (PSD). Esse paranaense mantinha boas relações com o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, assim como com o Governador do Paraná Moysés Lupion de Tróia (1947-1951; 1956-1961). Gaspar Dutra pertencia ao PSD, mesma agremiação de Flávio de Lacerda. Lupion fazia parte do grupo do PSD, embora tenha sido eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, a eleição de Lupion pelo PTB consistiu em uma estratégia para dirimir uma divisão existente no PSD do Paraná. Lupion foi eleito com o apoio do PSD, da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Popular (PP). Conforme Lucilia Neves Delgado (2003, p. 134), a partir de 1945 três partidos "se destacaram e ocuparam o espaço da cena pública: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)".

A rede de relação entre os principais líderes políticos do Paraná estava concentrada no PSD, pois o próprio Brasil Pinheiro Machado, nomeado pelo Presidente Gaspar Dutra a interventor do Paraná, pertencia àquele partido. Esse aspecto demarca, entretanto, certa peculiaridade à trajetória de Flávio Suplicy. Ao ter participado do movimento de 1930, liderada por Plínio Tourinho, quando esse rompeu com Vargas, Flávio Suplicy continuou no governo paranaense, especificamente no Conselho Consultivo, representando a ala do PSD. Naquele momento, Brasil Pinheiro Machado era deputado pela mesma agremiação. Quando da saída de Manoel Ribas e a efetiva nomeação de Brasil Pinheiro Machado ao governo, Suplicy de Lacerda exerceu a função de Secretário de Viação e Obras Públicas. Essas informações podem bem compreendidas com Lucilia Neves Delgado quando sustenta que o PSD:

> Aliado de primeira hora do PTB tinha, contudo, bases muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do

> Estado reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. (DELGADO, 2003, p. 138-139).

No que se refere à configuração política paranaense, Evandir Codato registra que no final da década de 1950 entrou em cena Ney Aminthas de Barros Braga – Partido Democrata-Cristão (PDC), figura com raízes militares que estabelecia a base mais radical da resistência à democracia. Essa rede de poder, no âmbito federal e regional, quando consolidada, tornou-se de muita utilidade para o grupo militar que se articulou com a burguesia nacional e estrangeira, nas atividades que culminaram com o golpe de 1964. (CODATO, 2002, p. 20). Depois de Ney Braga, cujo mandato foi de 1961 a 1965, Paulo Pimentel (PTN) assumiu o Governo do Paraná, ficando até 1971. Flávio Suplicy esteve ligado a esses grupos políticos. No que se refere a Paulo Pimentel, Flávio Suplicy apoiou o mesmo regime que, intermediado por Ney Braga, apoiou a candidatura de Pimentel[3] ao governo do Estado.

Em 1965, o PSD foi extinto, passando a existir o sistema do bipartidarismo, quando a Aliança Renovadora Nacional (Arena) agregou grande parte dos antigos pessedistas que apoiavam a ditadura. As relações no campo acadêmico e político paranaense se refletiram no reconhecimento de Flávio Suplicy. Em 1964, ele foi convidado para assumir o Ministério da Educação e Cultura do governo militar. Na ocasião, ele ocupou a vaga deixada por Gama e Silva (Ministro interino), reitor da USP. O Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco convidou Gylberto Freire para assumir o Ministério. Diante da recusa de Freire, o deputado Paulo Sarasate, da bancada udenista do Ceará, sugeriu o nome do reitor da UFPR que já era conhecido do General Ernesto Geisel. Diante da

3 Paulo Cruz Pimentel foi Secretário de Estado da Agricultura no governo de Ney Braga. Seu nome foi indicado para candidato ao Governo pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional). Em 1965, Paulo Pimentel foi eleito governador. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/perfil/os-acasos-e-esquinas-do-doutor-paulo-e6mitadblf3r25pazfu2hivy3>. Acesso em: 18 nov. 2015.

indicação, o então presidente indagou ao Governador Ney Braga, se avalizaria a indicação de Suplicy de Lacerda. (Lacerda Neto, 1988).

Na avaliação de Codato e Oliveira, além da proximidade de Flávio Suplicy com os militares, a esposa dele, Dalila de Castro Lacerda, foi "[...] uma das fundadoras da União Cívica Feminina do Paraná e uma das organizadoras da marcha em Curitiba" (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 300). Segundo os autores, a marcha na capital paranaense foi extensão da que ocorreu nas principais cidades do Brasil. As marchas da família foram organizadas "[...] por setores católicos da classe média urbana e impulsionados por políticos conservadores que condenavam o 'comunismo' (seja seu caráter 'materialista e ateu', seja o risco que o 'totalitarismo' poderia representar à propriedade privada e à democracia)" (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273). No embate contra essas ideias, a União Cívica Feminina Paranaense – UCF (fundada em outubro de 1963) tinha como objetivo realizar obras assistencialistas e debater assuntos cívicos e religiosos. Suas principais incentivadoras foram Dalila de Castro Lacerda e Rosy Pinheiro Lima; a grande maioria de suas associadas era oriunda das camadas médias tradicionais. Para os autores, a ação política da UCF "[...] desdobrou-se em muitas frentes mobilizando o debate político e demonstrando-se organizada e atuante na crise de 1964, mantendo, para além de sua mobilização nos círculos católicos de classe média, contatos com parlamentares ligados à conspiração" (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 290). Dadas essas considerações, é possível perceber a rede de relações a que Flávio Suplicy estava atrelado.

Combate às ideias comunistas e perseguição aos estudantes

Flávio Suplicy foi enviado a Barbacena para estudar em Colégio Militar. Além disso, ao retornar ao Paraná passou a integrar o

grupo católico, ingressando no Círculo de Estudos Bandeirantes.[4] Membro desse Círculo, ele foi incluído entre o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, criada em 1938. O primeiro diretor dessa Faculdade foi Brasil Pinheiro Machado, que lançou como principal atribuição da Faculdade de Filosofia a divulgação dos "[...] princípios básicos do conhecimento humano e os grandes debates fundamentais do espírito (WESTPHALEN, 1988, p. 27). Esses propósitos podem ser observados em aula inaugural da referida Faculdade, proferida por Bento Munhoz da Rocha Netto, em 1942. Na ocasião, Munhoz da Rocha alertou sobre as desigualdades sociais nos países europeus capitalistas e discorreu sobre o contexto do pós-segunda guerra, advertindo que a "fórmula anticapitalista se expandirá, tendendo a moldar a economia brasileira" (WESTPHALEN, 1988, p. 27). Para Munhoz da Rocha Netto, embora o Brasil tivesse a pobreza como uma doença nacional, ela só poderia ser curada pelo estímulo da iniciativa pessoal. Com isso criticou o "[...] processo soviético, que fez a prosperidade da Rússia, escravizando os russos. É um preço tão bárbaro, que não há florescimento econômico que o pague" (WESTPHALEN, 1988, p. 28).

O processo formativo de Flávio Suplicy de Lacerda e o pertencimento a essas redes sociais demarcaram seu posicionamento intelectual e, sobretudo, sua ofensiva contra as ideias comunistas. Essa dimensão pode ser percebida a partir de algumas falas pronunciadas por ele em diversos espaços sociais. Em 1938, em discurso proferido na abertura do Segundo Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária, criticou "[...] as soluções esdrúxulas, que muitas vezes têm sido dadas aos nossos particulares problemas políticos e sociais, trazendo consigo a fragilidade visível das instituições" (LACERDA, 1938, p. 2). Para ele, "[...] o divórcio entre Nação e o Estado" resultaria em "[...] uma revolução latente, resultado e não causa do desiquilíbrio reinante, da confusão

4 O Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) foi criado em 1929. Reuniu um grupo de intelectuais que contribuiu para criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná e da PUC. O CEB, além de oferecer palestras, encontros, grupos de estudos, cursos e apresentações culturais mantém a Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, cujo primeiro número foi publicado em 1937. Mais informações consultar: CAMPOS, N. *Intelectuais e Igreja Católica no Paraná (1926-1938)*. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

ideológica que nos tem surpreendido" (LACERDA, 1938, p. 2). Com isso, criticou

> [...] a origem da adoção do liberalismo revolucionário, com todos os seus princípios na sua pureza inicial, sem qualquer adaptação ao quadro particular da nossa vida. Também não se explica de outra forma a aparição, mesmo nos meios intelectuais, da corrente marxista que se espalhou até no ensino, por manifestações verdadeiramente grotescas por si mesmas, e por já estar a ideologia pura em franca decomposição nos meios europeus, donde foi extraída sem exame. (LACERDA, 1938, p. 2).

Por isso, em seu entendimento, "[...] sem a intervenção desse liberalismo revolucionário e das forças estranhas do comunismo [...] o conhecimento de nosso mais vasto problema, em torno de qual giram todos os outros, e cuja solução só é possível [...] pelo estabelecimento completo de nossa dinâmica social" (LACERDA, 1938, p. 2).

Em 1963, em Conferência intitulada Problemática da Universidade, proferida no Ceará, Suplicy de Lacerda dividiu sua fala em dois problemas principais: a massificação e a infiltração do pensamento totalitário de orientação comunista. Para ele, o estudante seria o homem da massa da semindividualidade e o homem medíocre que Gasset denominava "igual a todo mundo", sem nenhuma qualidade excelente, que não se valoriza a si mesmo, idêntico aos demais, e que se encontrava entre proletários como nas classes superiores da sociedade. Ele via a massa como perigosa, a principal inimiga da democracia, capaz de vulgarizar inclusive a ciência. Ao avançar nessa leitura ele advertia que:

> [...] o advento das massas ao pleno poderio social [...] grande realidade que a Universidade não poderá ignorar, principalmente a Universidade brasileira, que há de ser a orientadora de uma formação social certa, irresistível por ser justa, mas que precisa de ordenações para não se

> precipitar no setor da ignorância e da demagogia. (LACERDA, 1963, p. 13).

Para Suplicy de Lacerda, os homens de elite eram os postuladores das altas concepções convergentes ao conceito de Universidade. Mais que isso, a Universidade havia construído a cúpula do pensamento brasileiro na década de 1950. Como catedrático, incluía-se nessa "elite super-selecionada" ao afirmar:

> Posta esta preliminar, que nos dá direito a certas imunidades e nos impõe parcelas de deveres, procuremos dar desde logo estrutura aos problemas e às sugestões que desejamos vos propor, orientando-nos sempre para uma finalidade que supere a vida comum ou vos pedindo, quando isto não conseguirmos, como homens de elite, daquela elite super-selecionada que jamais, na história, se tornou e está sendo tão necessária, que fique margem para meditação. (LACERDA, 1963, p. 6).

Nessa avaliação produzida por Flávio Suplicy, predomina uma visão de intelectual vigilante, no qual o comunismo deveria ser repelido como "importações desmoralizadas". Entre outros fatores, o caráter vigilante da elite residia, sobretudo, na defesa da própria elite. Para ele, "[...] os professores universitários deviam ser como clérigos secularizados, representantes abnegados dos valores supremos, missionários da verdade e representantes da ciência para os quais a Universidade seria o ideal refúgio" (LACERDA, 1963, p. 22). A Universidade, no entanto, não deveria ser universalizada e a expansão indiscriminada era criticada como sendo de utilização política, uma vez que em muitos lugares onde eram instaladas "[...] tudo recomendava que houvesse somente bom ensino primário" (LACERDA, 1963, p. 22).

Em 1956, Flávio Suplicy já expressava algumas considerações no que se refere ao ensino superior no Brasil. Ao criticar como prejuízo principal a falta de formação espiritual admitiu

que as escolas superiores estavam contagiadas pela ausência de programas ou planos nacionais de desenvolvimento do ensino e de aparelhamento do que existia. Com isso demonstrou sua preocupação com "[...] fenômenos alertadores, capazes de incitarem medidas severas e urgentes, ainda são tomados como consequência natural de uma situação universal incompreendida por muitos dos que a discutem, e quando de fato, nada mais são do que manifestações patológicas perfeitamente curáveis" (LACERDA, 1956, p. 41). Elencou o que considerava fatores patológicos:

> [...] a massificação dos meios estudantis, com sintomas de meridiana clareza e periculosidade, que nós, muito distantes de procurarmos curar, incentivamos e alimentamos com as mais surpreendentes medidas ou falta de medidas, na preocupação demagógica de agradar os moços, cada vez mais propagandistas da liberdade quanto mais dela se afastam. (LACERDA, 1956, p. 41-42).

A partir da década de 1950, o imaginário anticomunista foi fortalecido, retornando o comunismo a ser representado, em vários jornais, como um perigo para a sociedade brasileira. Tal fortalecimento vinha em decorrência tanto das notícias e do clima da Guerra Fria, polarizada entre os Estados Unidos e a Rússia. Dessa maneira, tanto o apelo religioso quanto a propaganda anticomunista realizada por parte da imprensa contribuíram para o engrossamento das fileiras de oposição ao governo. Os boatos sobre "infiltrações comunistas" no governo João Goulart ganharam destaque, ocorrendo inúmeras manifestações e representações anticomunistas até acontecer o golpe de 1964.

Após o golpe militar, a posição de Suplicy de Lacerda em defesa do regime autoritário ganhou maior intensidade. É possível dizer que existia um forte alinhamento da direção da UFPR ao regime iniciado em 1964. A primeira evidência disso pode ser percebida quando Flávio Suplicy de Lacerda deixou a reitoria para assumir o Ministério da Educação do Governo de Humberto Castello Branco. A ida de Suplicy para a capital da República não arrefeceu a sua presença

simbólica e física nessa instituição de ensino. Em Assembleia Universitária de 23 de maio de 1964, ele recebeu o título de "Magnífico Reitor Honorário em considerações aos relevantes serviços prestados à Universidade do Paraná" (CU[5], ata 23 maio 1964).

A ascensão ao Ministério da Educação foi objeto de reiteradas notas de congraçamento, em especial emitidas pela alta cúpula da UPFR. Assim se manifestou o Reitor José Nicolau dos Santos, na Assembleia Universitária do dia 19 de dezembro de 1964:

> No dia 31 de março de 1964 o povo e as forças armadas declaram-se em estado de revolução contra a subversão, à indisciplina, à desordem e à corrupção, então vigentes. Na cúpula desse movimento de redenção, o Magnífico Reitor da Universidade do Paraná se afirmou como líder nacional e foi convocado para assumir a direção do Ministério da Educação e Cultura, integrando-se assim, no novo estágio do processo histórico brasileiro, que reconduziu o país à ordem e ao progresso econômico, político e social. (CU, ata 19 dez. 1964).

A observação do então reitor da UFPR compartilhava da representação de revolução dada pelos próprios militares, pois no Ato Institucional I prescrevia-se que:

> É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (BRASIL, Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964).

5 CU: Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná.

O conceito de revolução é objeto de disputa entre os mais diferentes grupos sociais. Conforme Koselleck, "poucas palavras foram tão largamente disseminadas e pertencem de maneira tão evidente ao vocabulário político moderno quanto o termo 'revolução'" (KOSELLECK, 2006, p. 61). Nesse sentido, "o conceito semântico do termo 'revolução' não é unívoco. Ele varia desde sangrentos movimentos de deposição e/ou golpes políticos e sociais até inovações científicas decisivas, podendo significar tudo ao mesmo tempo, ou apenas um desses sentidos exclusivamente" (KOSELLECK, 2006, p. 62).

No caso brasileiro, ainda continua a disputa acerca dessa representação, como bem destaca Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme:

> Embora já passados mais de cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart e lançou o país na Ditadura, que durou 21 anos, a disputa pela memória daquele acontecimento permanece aberta e contenciosa. Atualmente, o Brasil observa setores de direita reivindicarem a data de 31 de março como um movimento revolucionário, que evitou tornar o país uma "nova Cuba comunista", enquanto setores de esquerda sustentam que o 1° de abril foi um golpe que rasgou a Constituição. Como se vê, as diferenças de interpretação dizem respeito até mesmo à data do fato. (GUILHERME, 2017, p. 564-565).

O segundo indicativo de alinhamento da UPFR ao regime implantado em 1964 tem relação com as honrarias concedidas aos líderes militares. Na reunião do Conselho Universitário de 31 de julho de 1964, o reitor José Nicolau dos Santos sugeriu aos conselheiros a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao então Presidente. A proposição foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário. No ato de entrega desse título, o então reitor José Nicolau dos Santos fez alusão ao que havia dito Flávio Suplicy e reiterou a adesão ao regime militar e a necessidade de combate aos estudantes integrantes da ala comunista:

> O Comunismo em especial, e o totalitarismo em geral é a tirania exercida por uma superburocracia, que explora e deprime a massa, em nome da própria massa. Temos presenciado perplexos, movimentos sociais estudantis, que são agitações de massa, capazes de destruir a própria Universidade. (SANTOS, 1964, p. 22).

Ele acentuou que "o bravo Exército Brasileiro, a que Vossa Excelência pertence, Senhor Presidente da República – todas as heroicas forças armadas, que Vossa Excelência comanda, como chefe supremo, resgataram a culpabilidade dos maus brasileiros" (SANTOS, 1964, p. 22). No entendimento do reitor, "as Universidades brasileiras sabem o que devem à gloriosa revolução democrática de que Vossa Excelência foi artífice máximo" (SANTOS, 1964, p. 22). Por fim, arrematou que "de seu benemérito Governo, o magistério universitário recebeu, de volta a autoridade perdida, o direito de pensar e construir a ciência do futuro" (SANTOS, 1964, p. 22).

Havia forte crença que o regime militar representava a salvação do Brasil. Esse devotamento era proporcional à crença de que as forças da esquerda materializavam a própria destruição do país, conforme acentuou o reitor José Nicolau dos Santos:

> O ano de 1964 incide, nos anais dessa casa, com uma sequência de fatos que merecem registro preliminar: apenas iniciando o ano letivo, a 1º de março, não findaria esse mesmo mês, sem profunda alteração na ordem político-constitucional do país. A revolução vitoriosa de 31 de março restaurou, rápida e definitivamente, as diretrizes democráticas brasileiras, que vinham sendo desvirtuadas, por ideologias estranhas e incompatíveis com os sentimentos da alma brasileira, profundamente cristã. A revolução, reorganizando os quadros administrativos do Brasil, formando um governo de alta responsabilidade intelectual e moral, levou a sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Marechal Castello Branco, a confiar a pasta da educação, ao Reitor Magnífico desta velha Universidade, o Senhor professor

> Flávio Suplicy de Lacerda. Assumindo os encargos de Ministro de Estado, sua Excelência, Reitor Honorário desta casa, com longa experiência administrativa e didática que tanto o credenciaram perante a nova ordem política, a curto prazo, conseguiu dar a vida universitária brasileira, a orientação sadia, inteligente e tranquila que hoje podemos usufruir. (SANTOS, 1966, p. 45-46).

O alinhamento da UFPR ao regime militar consistia em uma razão latente para parte dos estudantes promover atos contestatórios à ditadura e a defesa das liberdades democráticas. A ida de Suplicy de Lacerda para o Ministério da Educação consubstanciou um forte ataque ao movimento estudantil sob o argumento de salvação da universidade brasileira e de combate aos estudantes subversivos.

Em seu discurso de posse no Ministério da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda falou "dos perigos porque passaram as universidades brasileiras." (LACERDA, 1964). Para ele, os perigos ainda continuavam e os comunistas acreditavam que sua revolução se faria pela "massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime." (LACERDA, 1964). Em relação aos órgãos estudantis comentou que "o homem é aluno e professor, juntos e não separados, unidos e não desentendidos em lutas falsas de classes inexistentes." (LACERDA, 1964). Com essa fala informou que já se iniciava uma ação de regulamentação dos órgãos de representação estudantil, já encaminhada ao Congresso. Essa normatização, conforme anunciou, buscava "dar estrutura e garantir dignidade permanente à vida do estudante como tal" porque para ele "a revolução comunista só poderá partir da Universidade inorgânica." (LACERDA, 1964).

A relação entre o governo militar e a principal entidade estudantil já iniciou de forma agressiva, pois conforme Flávia de Angelis Santana, logo "no dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente a sua indisponibilidade com os estudantes" (SANTANA, 2007, p. 43). Em consequência disso, "a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica" (SANTANA, 2007, p. 43). Conforme Andréia Zaparte, "no Paraná, o

Presidente da UPE, Ronaldo Antônio Botelho, faz declarações contrárias ao fechamento da UNE. Em julho do mesmo ano, a UPE foi invadida por agentes da DOPs" (ZAPARTE, 2011, p. 89). Os estudantes estavam sob a mira do regime militar. Além de incendiar a sede da UNE no Rio de Janeiro, merece destaque as ações de estudantes da Universidade Mackenzie, que "[...] com armas de fogo, caçavam os 'comunistas' nas faculdades vizinhas" (CUNHA, 1988, p. 25). Desse modo, conforme Luiz Antônio Cunha (1988, p. 52), "tão logo o novo governo se instalou, o Ministro da Educação Suplicy de Lacerda baixou a portaria 259, de 20 de abril de 1964, determinando que os reitores das universidades e os diretores das faculdades devessem instaurar inquéritos para dar cumprimento ao *Ato Institucional* (que veio a ter nº 1)".

Quatro dias após a publicação do referido decreto do ministro Suplicy, o Reitor da UPFR baixou *ad referendum* a Portaria nº 3047, de 24 de abril de 1964, determinando:

> a) suspender provisoriamente, a partir de hoje, o reconhecimento do Diretório Central dos Estudantes; b) declarar nula a eleição procedida a 20 de março do corrente ano para escolha do representante de alunos e respectivo suplente, junto ao Conselho Universitário; c) designar comissão para apresentar ao Conselho Universitário, anteprojeto de normas relativas ao procedimento eleitoral de todos os diretórios, Centros acadêmicos e demais representantes estudantis, prefixando também a natureza de suas atividades sociais; d) solicitar, ainda da comissão o estudo do novo destino que terá o edifício do Palácio dos estudantes, ainda não inaugurado. (CU, ata 28 abr. 1964).

A referida Portaria foi lida na sessão do Conselho Universitário do dia 28 de abril de 1964. Na ocasião foi discutida e aprovada pelos conselheiros, exceto o conteúdo da letra "a". A UPFR parecia funcionar como órgão consultivo do ministro Flávio Suplicy, como bem evidencia uma das pautas da reunião do Conselho Universitário de 31 de julho de 1964, quando o reitor Nicolau dos

Santos solicitou posicionamento a respeito do "[...] projeto do poder executivo, de autoria do Ministério da Educação, a ser encaminhado ao Congresso Nacional propondo a extinção da União Nacional dos Estudantes, cuja manifestação, pela sua importância fosse transmitida ao Senhor Ministro da Educação" (CU, ata 31 jul. 1964). Em seguida, conforme Ata, o Conselho deliberou, "[...] por unanimidade, aprovar voto de solidariedade ao projeto e de aplauso à política do Ministro da Educação, cabendo a expedição de telegrama ao Senhor Ministro e a toda bancada paranaense na Câmara Federal solicitando aprovação da mensagem presidencial" (CU, ata 31 jul. 1964).

A lei Suplicy foi sancionada pelo Governo Federal em 09 de novembro de 1964 e dispôs sobre os órgãos de representação dos estudantes. De acordo com Alexandre Tavares do Nascimento Lira,

> A Lei n° 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou as entidades estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), na ilegalidade e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente por parte dos estudantes. (LIRA, 2009, p. 2).

A fala do norte-americano Lincoln Gordon, proferida em 25 de abril de 1965, reitera o sentido da lei para os agentes da ditatura militar:

> É preciso que os jovens abandonem o jogo político e que os administradores se reforcem por promover uma campanha neste sentido. Em sua luta, os comunistas frequentemente argumentam que aos universitários cabe a maior participação na vida política nacional. No entanto, na própria Rússia isto não é a pratica comum. Naquele país os estudantes têm horários rígidos de aula a

> ponto de não terem tempo sequer para pensarem em política. (GORDON, 1965 *apud* CUNHA, 1988, p. 230).

Na avaliação de Lira, a intenção foi silenciar o ambiente universitário, mantendo entidades estudantis controladas pela burocracia universitária. Essa nova legislação passou a guiar a organização estudantil nas universidades brasileiras. Na UFPR, esse clima de vigilância e perseguição passou a compor as atividades ordinárias da direção. Na atmosfera de vigilância permanente, a reunião do Conselho de 17 de setembro de 1964 registrou que estudantes tiveram seus nomes envolvidos em atividades subversivas e que desses alguns foram atingidos pela própria lei de segurança (CU, ata 17 set. 1964). Esses alunos, conforme consta em ata de 06 de outubro de 1964, foram submetidos a inquérito Policial Militar e punidos no Conselho por suspensões políticas e acadêmicas. A ata relata a participação de 22 estudantes em atividades subversivas, decidindo pela punição da seguinte relação de alunos:

> 1) Na forma da Línea d, parágrafo 1º do artigo 89 do Estatuto da Universidade - Afastamento temporário durante três anos, de Luiz Felipe de Souza Ribeiro e Romão Silva, da Faculdade de Direito, Amazonas Brasil, Orlando Cabral de Olanda e Roberto Mikio Ogata, da Escola de Engenharia e João Cesar Nicolucci da Faculdade de Filosofia. 2) Na forma da alínea c, parágrafo primeiro do estatuto da Universidade – suspensão por 30 dias de Otto Luiz Sponhatz, Luiz Carlos Meimert, Osvaldo Evangelista de Macedo e Roberto Requião de Melo e Silva da Faculdade de Direito, Eli Vilela Magalhães e Silvano Poll Moreira de Castilho da Escola de engenharia, Aloísio Carapito Raposo da Faculdade de Ciências Econômicas, Hans Herinch Japp, Hedy Almeida e Hugo Luciano Waschek, da Faculdade de Medina. 3) na forma da alínea c, parágrafo 1º do artigo 89 da Universidade do Paraná, suspensão por quinze dias de Aldo Silva e Paulo Ricardo dos Santos da Faculdade de Direito, José Pedro Rocha Neto, da Escola de Engenharia, Helvecio Chaves Rocha,

> Paulo Eduardo de Abreu Machado e Ronaldo Osti Pereira, da Faculdade de Medicina. (CU, ata 6 out. 1964).

Na Sessão do Conselho, realizada em 30 de novembro de 1964, foi discutido pelo Conselho o processo que regulamentava a representação estudantil nos órgãos da Universidade. Na ordem do dia apresentou-se disposição sobre a aplicação da lei 4.464 de 09 de novembro de 1964. Depois de discutida as diversas disposições da lei, suas relações e implicações com o Estatuto da Universidade, resolveu o Conselho Universitário deliberar as seguintes proposições:

> 1) Fica autorizada a realização das eleições dos Diretórios estudantis, suspensa por decisão do Conselho Universitário até 15/12/1964, observando o disposto no artigo 5º e 6º da lei 4.464, de 09/11/1964;
> 2) as diretorias eleitas dos diversos diretórios estudantis deverão apresentar os seus regimentos adaptados a nova lei, até dia 10 de janeiro de 1965, para apreciação pelas referidas Faculdades e Escolas;
> 3) Estabelecer o reconhecimento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) devendo a sua representação no Conselho Universitário ser escolhida oportunamente nos termos da lei 4.464 e adaptado ao seu estatuto até 10 de janeiro de 1965;
> 4) Nas Faculdades e Escolas, cujos membros de Diretórios não foram reconhecidos, compete ao referido diretor a convocação e realização da eleição estudantil. (CU, ata 30 nov. 1964).

No que se refere ao movimento estudantil, na ata do Conselho de 28 de abril de 1965, o reitor Nicolau dos Santos informou que o Conselho deveria examinar imediatamente a situação legal dos diretórios acadêmicos cujo prazo de adaptação a lei 4.644 expiraria no dia trinta de abril e convocou nova reunião do Conselho para o dia três de maio. Na reunião de 03 de maio de 1965 foi discutida a adaptação dos Diretórios Acadêmicos à nova lei. Nessa

reunião foi informado "que o objetivo principal da mesma ficava prejudicado, uma vez, que por ato presidencial, foi prorrogada a adaptação dos órgãos estudantis à lei que dispõe sobre a representação estudantil" (CU, ata 03 maio 1965). Diante dessa notícia, "o Conselho Universitário, resolveu, por unanimidade de votos, examinando a situação dos diretórios acadêmicos que se adaptaram a lei, considerar que os mesmos gozam de plenos direitos" (CU, ata 03 maio 1965).

Flávio Suplicy permaneceu como Ministro da Educação até o dia 10 de janeiro de 1966. Ele saiu do cargo, sendo substituído por Pedro Aleixo. Quando da nomeação de Pedro Aleixo no Ministério da Educação, o Presidente Castello Branco fez menção a Suplicy de Lacerda que deixava o cargo:

> Tenho a honra de dar posse a Vossa Excelência no cargo de Ministro da Educação e Cultura [...] para o provimento de tão alto posto do Governo federal, vago com a exoneração, a pedido, do eminente professor Flávio Suplicy de Lacerda. Sou adepto da doutrina de não fazer nomeações sem recompensa a serviços, nem para atender dominantemente a conveniências políticas. Vossa Excelência substitui o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, que é uma personalidade inteiriça de patriota e de homem de ideias e de ação. Deixa ele no Ministério a marca de realizações, de firmeza e resistência à desordem e de coerência em todas as suas atitudes. Cultura e objetividade são os traços desse homem público, a quem o Brasil deve relevante serviço sem o qual a Revolução conta um dos mais fiéis servidores. (CASTELLO BRANCO, 1966, n. p.).

No entendimento de Sá Motta, "[...] incapaz de impedir a influência dos grupos radicais nos meios estudantis universitários, tão pouco de fazer vingar as lideranças 'democráticas' o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios à política universitária" (MOTTA, 2014, p. 62). Em sua avaliação, um dos motivos do fracasso foi que "[...] as forças de repressão eram

obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos levando-os a atitudes radicais e rebeldes" (MOTTA, 2014, p. 62). Usando fontes da época, Motta diz que a esquerdização da juventude era independente da posição dos professores e, muitas vezes, eram eles que influenciavam os docentes. Em relação a Flávio Suplicy, Motta faz as seguintes considerações:

> O primeiro titular efetivo do cargo (desconsiderando as duas semanas de Gama e Silva como ministro, em abril de 1964), Flávio Suplicy de Lacerda, conseguiu se tornar consenso negativo, atraindo críticas dos estudantes, da imprensa e até de americanos, aliados de primeira hora do governo Castello Branco. Suplicy mostrou-se muito empenhado na repressão, mas aí sua "obra" foi precária, pois o projeto de criar entidades estudantis mais dóceis, ou "democráticas", no jargão do governo (o DNE e os DEEs), naufragou completamente. Seu estilo rústico chocou os diplomatas americanos que apoiavam a tentativa do governo de criar líderes estudantis democráticos, a ponto de financiar jovens nos Estados Unidos com este fim. A maneira como Suplicy lidava com os líderes estudantis parecia inadequada para alguém em cargo de responsabilidade. Por exemplo, em reunião pública com estudantes fiéis ao novo regime, em novembro de 1965, ele o teria estimulado a invadir a sede da União Estadual dos Estudantes (UEE) e centros acadêmicos controlados pela esquerda. Segundo o comentário de um diplomata, a credibilidade de Suplicy atingira nível tão baixo que nem causava mais estranheza tamanha manifestação de inabilidade. Como poderia um homem de governo responsável pelo cumprimento das leis estimular os jovens a fazer "justiça com as próprias mãos", perguntou-se o diplomata? (MOTTA, 2014, p. 73-74).

Em 1967, logo após a saída do Ministério da Educação, Flávio Suplicy retornou à reitoria da UFPR. Em seu discurso de posse, na sessão do Conselho de 31 de maio de 1967, destacou seu apoio explícito aos militares:

> A mesma colaboração terão de nós as Forças Armadas, que aqui se há de ensinar e exigir que sejam respeitadas e administradas pela função que mais nobre não poderá ser, de garantidores da integridade e da honra nacional. Necessário é que os mestres ensinem aos moços que ter medo das forças armadas não é apenas atitude de respeito mas ofensa inadmissível. (LACERDA, 1967a, p. 28-30).

Alguns meses depois, as apologias ao regime militar são ser percebidas no discurso de Flávio Suplicy, no auditório da reitoria, por ocasião das comemorações do dia do soldado. No seu entendimento, "o nacionalismo se inventou para substituir o patriotismo, quando quem é patriota, já é, necessariamente, nacionalista" (LACERDA, 1967b, p. 33). Para Flávio Suplicy, "o predomínio das massas não nasceu no fim da guerra, quando apenas se acentuou". Em seu entendimento, "o povo vive e move-se para vida própria, a massa é de si inerte e não pode mover-se senão por um agente estranho" (LACERDA, 1967b, p. 34). Segundo ele, "[...] a massa [...] espera uma influência externa, é um brinquedo fácil nas mãos de quem quer que jogue com os institutos ou impressões, pronta a seguir, vez por vez, hoje esta, amanhã aquela bandeira - os comunistas sabem disso, nós não" (LACERDA, 1967b, p. 34-35). Por isso classifica a massa como "[...] a mais perigosa inimiga da liberdade e da democracia, é incompatível com o conceito superior de nação e de soberania nacional [...] a inimiga da paz, contrárias às altas concepções e preocupações artísticas e ao conceito de Universidade" (LACERDA, 1967b p. 35). Esse perigo, segundo Flávio Suplicy, advém da importação "[...] desmoralizadoras" ou "[...] o mal de alimentarem a mais cruel traição" (LACERDA, 1967b p. 35). Dizendo isso critica o "[...] ingênuo coração [da mocidade] protestando contra o imperialismo, o colonialismo, contra todos os ismos ditados pelos comunistas, da China, de Cuba, de Moscou, filia-se as entidades subversivas internacionais" (LACERDA, 1967b p. 35). Concluiu sua fala apontando que "os estudantes adquiriram uma consciência de classe e pensam que são classe [...] qualquer líder estudantil dá ordens e todos obedecem [...] Aqui é que existe e se esconde o grande [...] perigo. Uma elite transformada em pesada massa, e quem sabe bem disso e explora é o comunismo internacional" (LACERDA, 1967b p. 35).

A reverberação de seu apoio ao regime militar, bem como os efeitos da Lei Suplicy que ainda espalhavam mobilizações em todo o país, trouxeram várias contestações e conflitos relacionados aos diretórios estudantis na UFPR. A partir de 1967, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) passou a ser controlada pelos discentes alinhados aos grupos de partidos do PCB e suas dissidências. Houve intensificação das lutas, em especial pela organização coordenada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que contava com o alinhamento da entidade estudantil paranaense.

O ano de 1968 foi palco de muitas lutas de ruas na capital do Paraná. Em Sessão do Conselho de 14 de março de 1968, Flávio Suplicy comunicou que o Conselho tomasse conhecimento que o DCE distribuíra, em colaboração da UPE e de Diretórios Acadêmicos, publicação mimeografada. Na referida publicação, faziam-se comentários sobre a questão da gratuidade do ensino e incitava os estudantes a não pagarem a anuidade escolar.

O problema da anuidade estava na ordem do dia das lutas estudantis. Em 31 de outubro de 1967, o Conselho Universitário da UFPR havia estabelecido que a cobrança de anuidade deveria começar no ano seguinte, apenas para os novos alunos. (CU, ata 31 out. 1967). Em 1968, mais precisamente na:

> Segunda quinzena de abril: inicia-se a luta contra as anuidades. A reitoria da Universidade Federal do Paraná havia fundado um curso noturno na Engenharia e fixaria a taxa de NCr$ 1.3000.00 de anuidades. Isso era o primeiro passo do reitor Suplicy para implantar o ensino pago naquele estado. Os alunos da faculdade se organizaram em grupos de trabalho (GTs) e boicotaram as inscrições para o vestibular. Enquanto isso em todas as faculdades os estudantes já se organizavam para a luta contra os NCr$ 100000 de anuidades, fixados só para os calouros, pelo astuto Suplicy. (JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, jun. 1968, p. 6).

A ação estudantil contra a cobrança de anuidades teve sequência, resultando em diversas ações:

> Primeiros dias de maio Suplicy tenta novamente realizar o vestibular na Engenharia e 200 estudantes de várias escolas respondem com uma manifestação de rua. São reprimidos pela cavalaria e um terço dos manifestantes são presos. No mesmo dia mais 200 estudantes fazem uma manifestação em frente ao quartel da Polícia, com o intuito de libertar os colegas presos. São cercados por poderosa força policial, armada de bombas de gás, de efeito moral, metralhadoras e baionetas. Uma discussão com os estudantes impediu o massacre – mas os estudantes presos são – libertados na mesma noite. (JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, jun. 1968, p. 6).

Esse episódio não impediu a continuidade da luta estudantil, pois "a radicalização continuou, com a assembleia e organização de mais GTs nas faculdades, unindo o movimento dos calouros com o dos vestibulandos de engenharia" (JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, jun. 1968, p. 6). Segundo Braga Portella, Christiane Szesz e Renato Leite (2012, p. 108), "[...] no dia 11 de maio, o Centro Politécnico foi ocupado pela polícia", acontecendo confronto entre policiais e estudantes no domingo (dia 12). Nas assembleias de 13 de maio, com a participação de 6 mil estudantes, houve votação pela greve geral. Em sua defesa, o reitor da Universidade Flávio Suplicy afirmou que "[...] a cobrança é um preceito institucional. Impedir seu cumprimento é crime" (PORTELLA, *et al*, 2012, p. 109). Os estudantes não pararam:

> Paraná, 14 de maio: 100 estudantes, organizados em 10 grupos de 10 tomam a reitoria, cortando as comunicações para garantir a ocupação pela massa – que veio posteriormente em numero de 2000 estudantes, armando barricadas nas esquinas, e exigindo a queda do reitor. No dia seguinte Suplicy já recua e atende as reivindicações dos calouros. Os estudantes fazem assembleias e insistem no não pagamento de anuidade em nenhum curso. Dias depois o Conselho Universitário aprova por unanimidade, com abstenção do reitor, a suspensão imediata da cobrança de anuidades (com devolução do que já tinha sido cobrado) e a criação de recursos

> especiais para o funcionamento gratuito dos cursos noturno de Engenharia e Direito (pretendiam fazer o mesmo nessa faculdade). (JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, jun. 1968, p. 6).

Na Sessão do Conselho Universitário de 20 de maio de 1968, o reitor Flávio Suplicy fez oralmente relatório sobre o que ele chamou de distúrbios estudantis:

> Desejo fazer ao Conselho relatório dos acontecimentos ultimamente verificados, para que o Conselho tenha pleno Conhecimento de tudo, e desejo relatar simplesmente fatos. Chegando aqui, de viagem ao Rio, no sábado [11 de maio], me entendi com o professor Leitner, que me participou ter pedido policiamento no centro politécnico, para impedir distúrbios, em vista de ter conhecimento de que estudantes iriam impedir os exames vestibulares para curso noturnos. Às 8 ou 7 horas, começaram os exames. Houve, então, tudo o que os senhores já sabem – luta entre estudantes e policiais [12 de maio]. Mas os exames, sob as garantias da polícia foram realizados. Infelizmente devemos lamentar uma vítima: seis soldados foram para o pronto socorro, um deles morreu quarta-feira [...]. (CU, ata 20 maio 1968).

Flávio Suplicy continuou dizendo: "[...] as coisas chegaram neste pé quando o reitor, na segunda-feira [13 de maio], pediu às autoridades estaduais que dessem policiamento na reitoria, porque não era possível deixar a porta fechada, simplesmente e ir embora, em vista do que tinha acontecido no centro politécnico" (CU, ata 20 maio 1968). Diante da solicitação, aguardou a chegada do policiamento que não compareceu. Em consequência, "[...] fechei a reitoria às 18:30 horas e fui para casa" (CU, ata 20 maio 1968). Depois disso:

> Às 5 horas da madrugada da terça-feira [14 de maio], recebi comunicação telefônica de que havia grande

> perigo de invasão na reitoria. Comuniquei novamente às autoridades responsáveis o fato, e pedi que mandassem força policial, mas esta não veio. Estou informando que o dispositivo policial estava pronto, mas recebeu ordem de não sair do quartel. Como consequência houve a tomada da reitoria, e as depredações. No dia seguinte pedi ao comando da região para verificar os danos. Quebraram cerca de 300 (trezentos telhas), arrancaram um busto do Reitor, que a Faculdade de Filosofia havia colocado, e pior, arrancaram a placa comemorativa do cinquentenário da Universidade, contendo a relação de todos os fundadores. Tomei, pois todas as providências, sabendo do que ia acontecer, pedi proteção. A proteção não foi dada. (CU, ata 20 maio 1968).

O busto do Reitor Suplicy foi arrancado e arrastaram as imagens pelas ruas em um manifesto de grande proporção contra a universidade paga. Diante desse suposto descaso da polícia, Flávio Suplicy lamentou: "[...] hoje a polícia está aí – não pedi, porém. [...] mesmo prevendo tal situação, tudo aconteceu, entretanto, sem interferência do reitor, mas fui responsabilizado por tudo" (CU, ata 20 maio 1968). Na avaliação do então reitor, "[...] constatou-se também uma perfeita organização na operação da tomada do prédio da reitoria. Alguém guiou os estudantes. Houve técnica avançada, conforme constataram o SNI e a policia Federal" (CU, ata 20 maio 1968). Em relação ao exposto do reitor, o vice-presidente do DCE, Raul Brasil, justificou as atitudes dos alunos: "[...] lutam por princípios e não contra alguém, e que o princípio defendido pelos estudantes é pela total gratuidade do ensino" (CU, ata 20 maio 1968). Na sequência, sob a relatoria do professor Brasil Pinheiro Machado, foi aprovada a seguinte proposição:

> Fica revogada a resolução do Conselho Universitário, de 31 de outubro de 1967, que determinou a cobrança de anuidades [...]; ficam também revogadas, as decisões do Conselho Universitário que instituíram o pagamento obrigatório de anuidades para os cursos noturnos, em regime especial [...]. (CU, ata 20 maio 1968).

A luta estudantil seguiu em frente, pois a gratuidade representava apenas uma parte de sua luta. De outro lado, as ações repressivas se mostravam cada vez mais atuantes. No início de 1969 houve um golpe implacável contra os estudantes paranaenses, quando o DCE e a UPE foram extintos. Conforme notícia do jornal O Estado do Paraná, de 24 de agosto de 1968, o processo referente à extinção da UPE estava na Justiça Federal. (O ESTADO DO PARANÁ, 24 ago. 1968). No entanto, a determinação final ocorreu no dia 23 de janeiro de 1969. No dia seguinte, a Tribuna do Paraná lançou a seguinte matéria – "Consumada ontem a extinção da UPE".

> Em audiência realizada ontem na 2ª Vara da Justiça Federal, foi lida e publicada a sentença do Juiz Milton Luiz Pereira extinguindo a União Paranaense dos Estudantes. Na sentença, o juiz federal determina que os bens móveis e imóveis da UPE se incorporem ao patrimônio da Universidade Federal do Paraná, "ficando, por destinação específica quanto ao seu uso e gozo, garantida sua utilização pelo Diretório Central dos Estudantes" (TRIBUNA DO PARANÁ, 24 jan. 1969).

A justificativa legal da extinção da UPE foi publicada no jornal Tribuna do Paraná:

> O Decreto extinguindo a União Paranaense dos Estudantes foi assinado pelo Presidente Costa e Silva no dia 28 de fevereiro de 1967, depois das anteriores legislações que disciplinavam a existência de entidades estudantis: a lei 4.464, chamada "Lei Suplicy", e o "Decreto Aragão", que a substituiu. A primeira, criando outra entidade de âmbito estadual, Diretório Estadual dos Estudantes, e a segunda proibindo a existência de entidades estudantis nesse âmbito, o que tornou a UPE, como órgão de representação dos universitários, ilegal. (TRIBUNA DO PARANÁ, 24 jan. 1969).

Extinta a UPE, o combate passou a ser contra o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR. Na sessão do Conselho Universitário de 26 de fevereiro de 1969, Suplicy de Lacerda tratou da Portaria 5.373, de 25 de fevereiro de 1969, por meio da qual a reitoria determinava a ocupação provisória da sede do DCE pelo Departamento de Educação e Cultura da UFPR. (CU, ata 26 fev. 1969). A ação da reitoria foi de ofensiva contra o DCE. Em matéria publicada, no dia 01 de março de 1969, no jornal Diário do Paraná, consta a posição da reitoria da UFPR.

> A Reitoria da Universidade Federal do Paraná distribuiu nota, informando que elementos do Diretório Central de Estudantes, depredaram na noite de quinta-feira, a sede da entidade, em protesto contra a decisão do Conselho Federal de Educação que não reconheceu a diretoria eleita como legalmente constituída. Ao tomar conhecimento, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda disse que um "acontecimento dessa natureza é fundamentalmente criminoso" e, por isto, a sede do DCE será ocupada por órgãos da reitoria. Esclarece a nota que os "elementos do DCE depredaram o patrimônio da União, estando assim, sujeitos às sanções previstas em lei". Segundo o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que ontem mostrava-se muito chocado com a depredação criminosa, o Diretório Central dos Estudantes poderá ser extinto, face a nova legislação. (DIÁRIO DO PARANÁ, 01 mar. 1969).

Na ata da Sessão do Conselho de 18 de março de 1969, o Conselho baixou a Resolução 1/69 para deliberar que:

> 1) As dependências do Centro Social da Universidade, que estavam servindo de sede para o DCE, passarão a ser ocupadas pelo Centro de Bibliografia e Documentação do Departamento de Educação e Cultura da Reitoria, atualmente no Centro Politécnico; 2) autorizar a Reitoria a arrendar o Restaurante, que estava sob a administração do DCE, a um dos Diretórios Acadêmicos que

> atualmente exploram restaurantes estudantis; 3) Quanto ao DCE, se continuar a existir, deverá se instalar em outro local, a ser escolhido e pago pelo próprio DCE. (CU, ata 18 mar. 1969).

A política da reitoria da UFPR foi de destruição da UPE e do DCE. Essa ação que resultou nas medidas contra o DCE estava em consonância com o que disse Suplicy de Lacerda ao Diário do Paraná, em 21 de fevereiro de 1969: "a resolução tomada pelo Conselho [Federal de Educação – anulação da eleição do DCE] torna dispensável a existência de Diretórios Acadêmicos e onde houver, deverão ter como finalidade a cooperação entre administradores, professores e alunos no trabalho universitário" (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 fev. 1969). Portanto, a ofensiva contra os estudantes foi objeto de discussão e de ação de Flávio Suplicy, contando com o apoio dos membros do Conselho Universitário e com os aparatos de controle e de polícia do regime militar.

Conclusões

Este texto, ao tratar da relação de Suplicy de Lacerda com o governo militar, inscreveu-se em uma seara da história brasileira ainda latente, pois como bem documentou o artigo de Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme (2017) o espólio da ditadura civil-militar ainda está em disputa. De um lado, reconhecem-se as atrocidades do referido regime. De outro, ainda se mentem a interpretação de que 1964 representou uma revolução. Nos últimos anos essa atmosfera ganhou visibilidade, pois segundo Almeida Guilherme (2017, p. 565):

> [...] cresce o número de movimentos e adeptos da interpretação direitista que consideram a historiografia produzida até aqui, como sendo marcada por viés

> ideológico à esquerda, portanto, não isenta na interpretação dos fatos. Como consequência, vê-se setores do país que, por desinformação ou desonestidade, defendem a volta dos militares. Dizem eles que "na época da Ditadura que era bom", negam a existência da tortura e defendem o absurdo de uma "intervenção militar constitucional", seja lá o que isso signifique na mente dessas pessoas.

No contexto do regime militar, o ano de 1968 foi marcado por inúmeras contestações e uso das forças policiais e legais para arrefecer e/ou aniquilar as lutas sociais. De acordo com Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti (2007, p. 79):

> Em 1968 presenciamos a era das múltiplas explosões e revoltas: operárias, estudantis, feministas, dos negros, dos movimentos ambientalistas, dos homossexuais, dentre tantas outras formas de levante e descontentamento social e político, naqueles anos que selavam o "fim dos anos dourados".

No Paraná, o ano de 1968 foi marcado por lutas, como observamos neste artigo. No âmbito das políticas de normatização e repressão aos estudantes, o ministro Suplicy de Lacerda teve intensa participação, pois coordenou a educação dos primeiros anos do governo militar. Mas a ação dessa personagem não ficou adstrita ao período do ministério. A UFPR exerceu forte mecanismo de controle e repressão aos estudantes ligados aos setores do PCB e seus dissidentes mais radicais. O retorno de Suplicy à reitoria da universidade paranaense acirrou o enfrentamento entre as lutas estudantis e os aparatos coercitivos do Conselho Universitário e dos órgãos da polícia que reprimiam, perseguiam, fichavam, batiam e prendiam aqueles que eram considerados subversivos. Os símbolos desse acirramento são diversos, destacando-se a ocupação do prédio da reitoria da UFPR e a derrubada do busto do reitor Suplicy, no dia 14 de maio de 1968.

Os movimentos estudantis dos primeiros meses de 1968 expressaram sinais de vitória. No entanto, os rumos mudaram a partir do segundo semestre daquele ano, em particular no Congresso de Ibiúna (outubro), quando muitos discentes foram presos, inclusive grande parte da liderança estudantil paranaense. No final de 1968, sob a tutela do Ato Institucional 5, os estudantes presos, em Ibiúna, voltaram a ser qualificados como foragidos. No dia 17 de dezembro de 1969, o movimento estudantil paranaense sofreu pesada ofensiva com a entrada das tropas policiais no congresso regional, realizado no Boqueirão, bairro da região sul de Curitiba, quando foram presos quarenta e dois estudantes, sendo 5 moças e 37 rapazes. (Diário do Paraná, 17 dez. 1968). Desses quarenta e dois estudantes, quinze foram autuados e permaneceram presos. Em meados de 1969, esses estudantes foram condenados a penas de 6 meses a 2 anos de prisão. (Diário do Paraná, 19 jun. 1969). Além disso, A UPE foi extinta em janeiro de 1969, sendo reorganizada em 1980. O DCE foi fechado no início de 1969, sendo reaberto apenas no dia 01 de maio de 1976. (Zaparte, 2011). Tudo parecia estar na devida ordem do regime autoritário, pois até mesmo o busto de Suplicy de Lacerda retornou ao seu lugar.

Entretanto, é possível dizer que a atmosfera daqueles anos ainda se faz presente, pois em 2014, o busto de Flávio Suplicy foi, novamente, derrubado pelos estudantes.[6] O espólio do regime militar está a reverberar nos debates da segunda década do século XXI. Os estudantes, da jornada de 2014, registraram que não aceitariam a recolocação do busto de Suplicy no antigo lugar. O impasse sobre o busto do ex-ministro do regime militar e ex-reitor da UFPR passou a ser objeto de discussão do Conselho Universitário. Em 2017, após intensos debates, deliberou-se pela criação do Museu do Percurso para retratar a presença do regime militar na UFPR, destacando José Rodrigues Vieira Netto como perseguido pelas forças do sistema

6 Mais informações consultar: Estudantes repetem 68 e arrastam busto de ex-reitor pelas ruas de Curitiba. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-repetem-68-e-arrastam-busto-de-ex-reitor-pela-ruas-de-curitiba-8eqeh4b5ooga5xdpmlfri787i. Acesso em: 24 ag. 2018.

implantado em 1964 e Flávio Suplicy de Lacerda como agente das forças autoritárias.[7]

Nesse contexto ainda latente, este artigo buscou apresentar ao leitor um recorte a respeito da trajetória de Flávio Suplicy de Lacerda, pois privilegiou um olhar acerca das relações entre essa personagem e os agentes das forças armadas, bem como a sua ação de combate às ideias comunistas e às organizações estudantis. A relação dessa personagem com as representações e as práticas das forças armadas tem vinculação com a sua formação escolar, os seus laços familiares e outros espaços de sociabilidade que passou a integrar após o retorno ao Paraná (1930). Além disso, precisa ser compreendida no movimento de presença contínua da cultura autoritária e militar na história brasileira. É possível identificar, a partir de 1930, forte vinculação de Suplicy com a cultura militar, embora se perceba em diálogo permanente com autoridades políticas de diferentes matizes, particularmente, quando passou a exercer o cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná (1949) onde se empenhou no projeto de federalização.

As articulações políticas acerca da federalização projetaram seu nome no campo político que consubstanciaram sua nomeação a Ministro da Educação do Governo de Castello Branco. No Ministério da Educação posicionou-se em apoio ao regime militar e à elite política do Paraná, particularmente a Ney Braga. Desse apoio, vem o lado mais polêmico, o contínuo combate ao que classificava como subversões estudantis, especialmente contra o perigo do comunismo. Nessa questão, por meio da Lei Suplicy (4.464/1964) oficializou no âmbito educacional a ofensiva às ideias estrangeiras (marxismo e comunismo), cuja reverberação mais intensa, segundo ele, se daria na parte mais ingênua da sociedade, a saber, os estudantes e que, por isso, eles precisariam ser submetidos a ordem disciplinar. A aprovação dessa lei teve implicações durante todo o período da ditadura, punindo professores, reitores e, sobretudo, alunos. Foi a

7 Mais informações consultar a matéria COUN aprova, por unanimidade, parecer que cria Museu do Percurso e soluciona impasse sobre busto do ex-reitor Flavio de Lacerda. Disponível em: http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/coun-aprova-por-unanimidade-parecer-que-cria-museu-do-percurso-e-soluciona-por-meio-de-consenso-construido-pela-reitoria-da-ufpr-impasse-sobre-busto-do-ex-reitor-flavio-de-lacerda/. Acesso em: 24 ag. 2018.

partir dessa lei que Flávio Suplicy passou a ter repercussão nacional. Fiel ao regime militar, mesmo nos momentos de crises mais agudas na Universidade, não esboçou críticas ao modelo econômico e político adotado pelos militares, uma vez que, em seu entendimento, foram iniciativas para combater as políticas esquerdistas que solapavam o país.

A vigilância e a confrontação à organização estudantil e ao ideário comunista adentraram as práticas sociais, seja na condição de reitor e/ou ministro, pois reiterava a necessidade de impedir distúrbios provocados por estudantes. Nesse aspecto, as discussões e deliberações do Conselho Universitário evidenciam a preocupação em controlar as atividades estudantis. A aprovação da Lei Suplicy representou a expressão mais contundente de um conjunto de ações que procurava desmantelar e reprimir as possíveis organizações estudantis. Assim sendo, podemos afirmar que essa atuação política autoritária de Suplicy de Lacerda é argumento suficiente para associá-lo a um grupo de docentes e políticos conservadores, cuja memória negativa permanece até hoje.

Fontes

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Biblioteca da Presidência da República. Castello Branco. Novos Ministros. 1966. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1966/50.pdf. Acesso em 22 out. 2015.

DIÁRIO DO PARANÁ, 17 de dezembro de 1968. In: *Arquivo DOPS - PR*, BR PRAPPR.PB004.PT2327.264.

DIÁRIO DO PARANÁ, 21 de fevereiro de 1969. In: *Arquivo DOPS - PR*, BR PRAPPR.PB004.PT2327.264.

DIÁRIO DO PARANÁ, 01 de março de 1969. In: *Arquivo DOPS - PR*, BR PRAPPR.PB004.PT742.84.

DIÁRIO DO PARANÁ, 19 de junho de 1969. In: *Arquivo DOPS - PR*, BR PRAPPR.PB004.PT2327.264.

JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, junho 1968. In: *Arquivo Brasil Nunca Mais*, Pasta 066.988-999.

LACERDA, Flávio Suplicy de. *Discurso pronunciado na sessão solene de abertura do 2º congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária.* Curitiba CEB/PUC-PR, 1938.

LACERDA, Flávio Suplicy de. Relatório do reitor: apresentação feita na sessão solene da assembleia universitária de 19-12-1956 pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda. In: *Anuário da Universidade do Paraná*, 1956.

LACERDA, Flávio Suplicy. *Problemática da Universidade***.** Aula Magma. Universidade do Ceará, 1963.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Flávio Suplicy de Lacerda, na sessão de abertura do 5º Fórum dos reitores, realizado no Rio de Janeiro, a 09 de outubro de 1964. In: *Novas Diretrizes do Ensino Universitário*. Curitiba, 1964.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso de posse. In: *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba, 1967a.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso dia do Soldado. In: *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba, 1967b.

O ESTADO DO PARANÁ, 24 de agosto de 1968. In: *Arquivo DOPS - PR*, BR PRAPPR.PB004.PT2327.264.

SANTOS, José Nicolau dos. Discurso. In: *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba, 1964.

SANTOS, José Nicolau dos. Relatório. In: *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba, 1966.

TRIBUNA DO PARANÁ, 24 de janeiro de 1969. In: *Arquivo DOPS - PR*, BR PRAPPR.PB004.PT2327.264.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 28 de abril de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 23 de maio de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 31 de julho de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 17 de setembro de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Conselho Universitário. Ata da Sessão de 6 de outubro de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 30 de novembro de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 19 de dezembro de 1964. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 28 de abril de 1965. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 03 de maio de 1965. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 31 de outubro de 1967. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão Conselho de 14 de março de 1968. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ Conselho Universitário. Ata da Sessão de 20 de maio de 1968. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 26 de fevereiro de 1969. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 18 de março de 1969. In: *Atas do Conselho Universitário da UFPR*. Biblioteca Central da UFPR, 1946-1971.

Referências

ANTUNES, R; RIDENTI, M. *Operários e estudantes contra a Ditadura*: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia (Org.). *O Brasil republicano*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 13-42.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense. *Revista de Sociologia e Política,* Curitiba, v. 21, n. 47, pp. 113-132, 2013.

CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização e expansão da Universidade do Paraná. In: LEITE, R.

L. & OLIVEIRA, R. C. (Org.). *Reflexões UFPR 100 anos.* Curitiba: UFPR, 2012. pp. 71-102.

CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950).* Curitiba: UFPR, 2008.

CODATO, Evandir. Personalismo político nos anos cinquenta**.** *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Paraná, v. 7, n. 1, pp. 9-45, 2002.

CODATO, Evandir; OLIVEIRA, Marcio de. A marcha, o terço e o livro**:** catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, pp. 271-301, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada***:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DELGADO, Lucilia. Partidos políticos e frentes parlamentares**:** projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo da experiência democrática*: de democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.127-154.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, pp. 564-590, 2017

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado***:** contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LACERDA NETO, Arthur V. de. *O magnífico reitor (biografia de Flávio Suplicy de Lacerda, ensaio de histórico da UFPR de 1949 a 1971).* Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1988.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)**.** *Histórica*, São Paulo, n. 36, pp. 1-69, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

PORTELA, José Roberto Braga, et al. Contextos e traumas do maio de 1968 na UFPR. In: LOPES LEITE, Renato; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). *Reflexões UFPR 100 anos (1912-2012).* Curitiba: UFPR, 2012. pp. 103-115.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação Política do Movimento estudantil no Brasil*: 1964 a 1984. 2007. Mestrado, PPGH-USP, São Paulo, 2007.

SOUZA, Eliezer Felix de. *Flávio Suplicy de Lacerda*: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971). 2016. Doutorado, PPGE-UEPG, Ponta Grossa, PR, 2016.

WESTPHALEN, Cecília. *Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná – 50 anos.* Curitiba: SBPH-PR, 1988.

ZAPARTE, Andréa. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. 2011. Mestrado, PPGH-UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR, 2011.

RECEBIDO EM: 15/11/2016
APROVADO EM: 05/04/2019